



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

EDITAL DE LEILÃO ON LINE E INTIMAÇÃO

JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE/SC

1º Leilão/Praça: dia **21/01/2026**, das 09h00 às 13h00 e;

2º Leilão/Praça: das 12h01 do dia **21/01/2026** até às 15h00
do dia **30/01/2026**.

Modalidade: **ON-LINE** através do site: www.vasconcelosleiloes.com.br (arts. 882, §1º, 886 inciso IV, artigo 887, §§ 1º e 2º do CPC e arts. 11 e 20 da Resolução CNJ nº 236/2016 e art. 5º da Resolução CM/SC nº 02/2016).

Para todos os efeitos, o horário a que se refere o presente Edital é o horário oficial de Brasília (Brasil).

VENDA DIRETA: Na hipótese de algum bem ou Lote indicado neste Edital não ser arrematado em nenhuma das praças designadas, o bem/lote poderá ficar disponível no site www.vasconcelosleiloes.com.br, pelo **prazo de até 60 (sessenta) dias**, período em que serão recebidas ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste Edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo Leiloeiro, ao Juízo, para análise. Sobre o valor ofertado será devida Taxa de Comissão do Leiloeiro de 5% (cinco por cento).

POR SE TRATAR DE VENDA DIRETA, este bem receberá ofertas até a data de encerramento, exceto se alcançar o preço mínimo fixado pelo juízo e, assim, permanecer por 48 (quarenta e oito) horas poderá o lance ser considerado válido e, com isso, a oferta será válida e submetida ao Juízo e, se aprovada, será finalizada a hasta pública independentemente da data inicialmente prevista para encerramento.

ENÉAS CARRILHO DE VASCONCELOS NETO, Leiloeiro Público Oficial, matrícula JUCESC – AARC 143/2004, devidamente autorizado pela Exmo. Sr. **Dr. FERNANDO LUIZ DE SOUZA ERZINGER**, Juiz do Trabalho Titular da 4ª Vara do Trabalho de Joinville/SC, **FAZ SABER a todos quanto o presente Edital o virem ou dele tiverem conhecimento, especialmente, os Executados, Devedores, Cônjuges, Coproprietários e Interessados** que realizará a alienação em leilão, por lances **ON-**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

LINE, nas datas, locais, horários supra informados e sob as condições adiante descritas, o bem penhorado no processo a seguir identificado:

ATOrd **0106600-82.2009.5.12.0030**

RECLAMANTE: **FABIO DA SILVA**

RECLAMADO: **LARISOL INDUSTRIA E COMERCIO DE PERSIANAS LTDA - ME E OUTROS (2)**

LOTE ÚNICO – Matrícula 196.986, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joinville/SC: Terreno com área total de 10.275,91m², situado na Rua João Eberhardt, bairro Piraberaba, neste município de Joinville, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se no vértice denominado 'O=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM-SIRGAS 2000, mc-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=708.984,49 m e N=7.100.181,46 m; Daí segue pela margem da Rua João Eberhardt com o azimute de 241°21'00" e a distância de 57,50 metros até o vértice '1' (E=708.934,02 m e N=7.100.153,88 m); Daí segue por linha seca confrontando com Sandi Harald Parucker – Edificação nº 280, com azimute de 351°11'38" e a distância de 67,77 metros até o vértice '2' (E=708.923,65 m e N=7.100.220,86 m); Daí segue por linha seca confrontando com Sandi Harald Parucker e Janete Fleith Parucker – Edificação s/nº, com azimute de 351°11'20" e a distância de 104,48 metros até o vértice '3' (E=708.907,65 m e N=7.100.324,11 m); Daí segue por linha seca confrontando com Nelson Schultz – Edificação nº 167, com o azimute de 88°03'20" e a distância de 4,12 metros até o vértice '4' (E=708.911,76 m e N=7.100.324,25 m); Daí segue por linha seca confrontando com Rof Bayerl – Edificação s/nº, com azimute de 171°02'55" e a distância de 148,89 metros até o vértice '7' (E=709.004,71 m e N=7.100.312,63 m); Daí segue por linha seca confrontando com Regina Krauser – Edificação nº 785, com azimute de 171°02'15" e a distância de 15,02 metros até o vértice '8' (E=709.007,05 m e N=7.100.297,80 m); Daí segue por linha seca confrontando com Ademir Birckolz – Edificação s/nº, com azimute de 171°02'55" e a distância de 23,74 metros até o vértice '9' (E=709.010,74 m e N=7.100.274,35 m); Daí segue por linha seca confrontando com o imóvel origem na Matrícula nº 6.431, Gleba 01, com os seguintes azimutes e distâncias 261°21'48" e 30,94 metros até o vértice '10' (E=709.980,15 m e N=7.100.269,70 m); 225°38'4" e 7,89 metros até o vértice '11' (E=708.974,50 m e N=7.100.264,18 m); 214°09'55" e 5,35 metros até o vértice '12' (E=708.971,50 m e N=7.100.259,76 m); 211°17'06" e 6,13 metros até o vértice '14' (E=708.967,08 m e N=7.100.251,71 m); 189°15'28" e 24,82 metros até o vértice '15' (E=708.963,08 m e N=7.100.227,21 m); 154°55'41" e 50,51 metros até o vértice 'O=P.P.' (E=708.984,49 m e N=7.100.181,46 m); início de descrição,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

fechando assim o perímetro do polígono. (*) Vide: AV.2; Av. 4; AV. 5; AV. 7; AV.9; AV. 10 e AV. 11.

Avaliação, datada de 23/07/2025: 50% do IMÓVEL: UM TERRENO, com área total de 10.275,91m², situado na Rua João Eberhardt, Bairro Pirabeiraba, com descritivo medidas e confrontações conforme consta na matrícula 196.986 do CRI da 1ª Circunscrição de Joinville, edificado com construções de alvenaria com aproximadamente 985,50m².

AVALIAÇÃO SOBRE 50% DO IMÓVEL R\$ 4.810.000,00.

AVALIAÇÃO TOTAL DO IMÓVEL R\$ 9.620.000,00, CONFORME PARAGRAFO 5 DO DESPACHO DO ID 15d8c3b CONSTANTE DOS AUTOS.

AVALIAÇÃO REALIZADA CONFORME O M2 DA REGIÃO E COMPARATIVO DE IMÓVEIS SEMELHANTES.

Preço mínimo fixado pelo Juízo: R\$ 6.050.000,00 (seis milhões e cinquenta mil reais).

As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos e, para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo *ad corpus*, não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem o bem e suas áreas antes de ofertarem lances no leilão. Na hipótese de imóvel arrematado encontrar-se tombado ou outras situações da espécie sejam municipais, estaduais ou federais, caberá ao interessado/arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas não somente, restrições construtivas, ambientais, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão.

DAS DÍVIDAS E ÔNUS – A arrematação será considerada aquisição originária, portanto livres da incidência de ITBI e ITCMD. Destarte, o imóvel é recebido livre de penhoras, hipotecas e débitos anteriores relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel, e bem assim os relativos as taxas pela prestação de serviços ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se em obediência ao disposto no art. 130 do CTN e seu § único que isenta o arrematante de arcar com os tributos devidos pelo(s) Executado(s). Eventuais ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos.

Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado, tais como e exemplificadamente: restrições construtivas, ambientais, dentre outras - não se confundem com ônus - e, por isso, permanecem mesmo após o leilão.

Em caso de adjudicação do bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário.

Caberá ao Adjudicante ou, ao Arrematante arcar com todos os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Imissão na Posse, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente na Vara onde tramitam os Autos, inclusive taxas e emolumentos registraes.

Eventuais ônus existentes sobre os bens levados a leilão deverão ser verificados com atenção e antecedência pelos adjudicantes junto aos órgãos competentes.

DA VISITAÇÃO PÚBLICA E VISTORIA: Rua João Eberhardt, Pirabeiraba. Joinville. As visitas dar-se-ão mediante disponibilidade e acompanhamento de Oficial de Justiça, devendo ser solicitado no Cartório da Vara (Inciso I, art. 154 CPC).

A expropriação nada mais é do que a retirada forçada decorrente de decisão judicial de bens, sejam estes imóveis e móveis, ficando o Leiloeiro Judicial, ENÉAS CARRILHO DE VASCONCELOS NETO, AARC 0143/2004, expressamente AUTORIZADO A FOTOGRAFAR E FAZER FIMAGENS, inclusive com DRONE, dos bens expropriados objeto da HASTA PÚBLICA. Nos casos de necessidade de FILMAGENS INTERNAS DOS BENS, SE O EXECUTADO E/OU OCUPANTE NÃO AUTORIZAR, serão convocados OFICIAL DE JUSTIÇA e FORÇA POLICIAL, para que sejam realizadas as atividades de reportagem do bem, que serão publicizadas no site: www.vasconcelosleiloes.com.br (§ 2º, art. 887 do CPC e arts. 16, 17 e 18 da Resolução CNJ 23//2016).

Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação do bem, visto que estes serão vendidos no estado e condições em que se encontram e sem garantia de qualquer natureza, bem como, devem verificar eventuais restrições para utilização ou outras da espécie junto aos poderes públicos competentes. Deste modo, **a visitação do bem torna-se essencial, não cabendo reclamações posteriores à realização do leilão.**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

DAS FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - À VISTA: Ao optar pelo pagamento à vista do valor do lance, o Arrematante, no ato da arrematação deverá efetuar mediante guia judicial a ser encaminhada pelo Leiloeiro, o pagamento da integralidade do valor do lance. **PARCELADO:** O licitante interessado em adquirir o bem nessa modalidade, nos moldes do art. 895, § 1º do CPC, deverá apresentar proposta por escrito antes do início das praças, contemplando entrada no valor mínimo correspondente a **30% (TRINTA POR CENTO)** do valor lançado ou em 2ª praça pelo valor mínimo fixado pelo Juízo e o saldo restante em **06 (seis), não podendo ultrapassar 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas corrigidas pelo INPC/IBGE e acrescidas de juros de 1% ao mês**, as quais deverão ser depositadas em conta vinculada aos autos, garantido por caução idônea ou por hipoteca do próprio imóvel. Nesse caso a guia judicial referente à entrada será encaminhada ao Arrematante pelo Leiloeiro. As demais Guias Judiciais mensais deverão ser buscadas por iniciativa do Arrematante.

Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

O inadimplemento autoriza os Exequentes a pedirem a resolução da arrematação ou promoverem, em face do Arrematante, a execução do valor devido, cabendo ambos os pedidos serem formulados nos autos em que se deu a arrematação.

Em caso de arrematação, o(a) licitante vencedor(a) deverá depositar o valor da arrematação (ou o sinal de 30%) à disposição do Juízo, por meio de Guia de Depósito Judicial Trabalhista, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados do encerramento da hasta pública. Além disso, deverá efetuar o pagamento da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda diretamente ao leiloeiro, que comprovará nos autos, ou por meio de depósito judicial. Em caso de adjudicação, a mesma comissão será paga pela(o) executada(o) e cobrada nos próprios autos.

Caso o leilão já tenha sido realizado, mas seus efeitos estejam suspensos, o arrematante estará dispensado do depósito imediato do sinal/valor da arrematação, devendo cumpri-lo assim que for determinado, após a resolução dos incidentes processuais.

Se o(a) executado(a) desejar quitar os valores devidos, nos termos do artigo 826 do Código de Processo Civil, deverá apresentar, até a data e hora designadas para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

a hasta, comprovante de pagamento da dívida e das demais despesas processuais. Nesse cenário, **o devedor também deverá arcar com a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor pago**, ou com a indenização previamente estipulada, exceto se a comprovação de todos os pagamentos ocorrer antes da comprovação pelo leiloeiro da realização dos trabalhos pertinentes à hasta pública.

Na hipótese de acordo amigável entre as partes, resultando na retirada do processo da pauta de hastas públicas, o(s) executado(s) também será(ão) responsável(is) pelo pagamento da comissão ou indenização acima mencionada, **eximindo-se dessa obrigação apenas se o acordo for apresentado em juízo antes da comprovação, pelo leiloeiro, da conclusão dos trabalhos relacionados à hasta pública**, (antes do Leiloeiro ter protocolado o EDIATL nos autos). Todavia, na hipótese de pagamento da dívida ou formalização de acordo entre as partes antes da alienação judicial, mesmo que o(a) leiloeiro(a) já tenha iniciado os trabalhos iniciais da hasta pública, definindo a data para a realização do leilão, o(s) executado(s) permanece obrigado(a) ao pagamento da comissão ao leiloeiro, no valor de R\$ 2.5%% (Dois e meio por cento), sobre a avaliação.

Além da comissão e demais despesas relativas à hasta pública, o(a) executado(a) deverá arcar com as despesas processuais estabelecidas no artigo 789-A da Consolidação das Leis do Trabalho, naquilo que couber ao caso concreto. Esclarece-se que, após a apreçoação do bem em hasta pública, caso não haja licitantes interessados, os trabalhos permanecerão abertos até que se declare o encerramento do pregão.

Caso o leilão já tenha sido realizado, mas seus efeitos estejam suspensos, o arrematante estará dispensado do depósito imediato do sinal/valor da arrematação, devendo cumpri-lo assim que for determinado, após a resolução dos incidentes processuais.

Na hipótese de adjudicação após o encerramento da hasta pública, e, caso o pedido seja homologado, as partes serão devidamente intimadas, iniciando-se o prazo para eventual oposição de embargos a partir da data da notificação expedida aos interessados.

O acompanhamento da expedição da carta de alienação/arrematação na Unidade Judiciária é ônus do(a) Arrematante. Quaisquer dificuldades quanto à obtenção/localização do bem móvel ou imissão na posse deverão ser comunicadas imediatamente ao juízo competente para as providências necessárias. O leiloeiro nomeado não se responsabiliza pela evicção, agindo como mero mandatário, sendo isento de quaisquer responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

alienados (ocultos ou não), bem como por indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer natureza.

A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado e, havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo Arrematante pertencerão aos Exequentes até o limite de seu crédito, e os subsequentes, aos Executados.

DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO E DOS LANÇOS - Os interessados em participarem do leilão ON-LINE deverão se cadastrar gratuitamente e previamente no site: www.vasconcelosleiloes.com.br na opção: **"CADASTRE-SE"** e preencher todos os campos e dados solicitados. Para que seja confirmado o cadastro pela internet, será obrigatório, no ato do seu preenchimento, **anexar cópias dos documentos** solicitados, quais sejam: a) Se pessoa física: Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência; b) Se pessoa jurídica: CNPJ, Contrato Social (inclusive a última alteração) ou Declaração de Firma Individual, RG e CPF do representante legal ou do preposto da pessoa jurídica, respectiva. A aprovação do cadastro será confirmada por meio do E-mail informado pelo interessado, tornando-se indispensável mantê-lo válido e regularmente atualizado. **As pessoas físicas e jurídicas que tiverem seu cadastro On-Line aprovado, automaticamente, outorgarão poderes ao Leiloeiro para assinar em seu nome os Autos de Arrematação.** O cadastrado é o responsável civil e criminalmente pelas informações lançadas no preenchimento do cadastro e, com este ato, **aceita expressamente todas as condições de participação previstas neste Edital, bem como sua submissão às demais obrigações legais deste decorrentes.**

Aprovado o cadastro o sistema emitirá automaticamente **"Senha e Login"** para identificação do cadastrado a qual é personalíssima e de sua exclusiva e única responsabilidade, permitindo-lhe registrar seus lances em cada lote ou lotes de seu interesse. Os interessados em dar lances, de posse do **Login e Senha**, deverão utilizar a opção: **"HABILITE-SE PARA ENVIAR LANCE"** e, com este ato, expressamente concordam que a alienação judicial será eletrônica, com o horário de fechamento do pregão, com os termos do Edital possibilitando, assim, para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar lances na forma digital. Os lances On-Line serão concretizados no ato de sua captação pelo provedor e não no ato da emissão pelo participante, assim, diante das diferentes



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

velocidades nas transmissões de dados, dependentes de uma série de fatores alheios ao controle pelo provedor, o Leiloeiro não se responsabiliza por lances ofertados que não sejam recebidos antes do fechamento do Lote. Todos os atos realizados via internet ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, assumindo os interessados todos os riscos ao optar por esta forma de participação no leilão, ficando, tanto o Poder Judiciário, quanto o Leiloeiro, desde já, isentos de quaisquer responsabilidades. **Sobrevindo lance nos 03 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos e, assim, sucessivamente, para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances** (art. 21 e seguintes da Resolução n. 236/16 do CNJ).

O registro de lances eletrônicos inicia-se imediatamente após a publicação do Edital no site do Leiloeiro. O Leiloeiro poderá, a qualquer momento e a seu livre arbítrio, alterar o valor do incremento de cada lote. O Leiloeiro dispõe de todos os lances captados e registrados durante o evento, permitindo que, caso o Arrematante fique inadimplente ou faça uso da faculdade da desistência da arrematação, o Juízo poderá, no intuito de aproveitar os atos já praticados, convocar os licitantes vencidos para que demonstrem seu interesse em prosseguir na condição de Arrematante. **TODOS OS LANCES EFETUADOS SÃO IRREVOGÁVEIS E IRRETRATÁVEIS.**

Após o encerramento do leilão o Arrematante receberá por E-mail o Auto de Arrematação para sua assinatura e devolução ao Leiloeiro. Neste mesmo E-mail poderá ser encaminhada a Guia Judicial para pagamento da arrematação, bem como as informações sobre o pagamento da Taxa de Comissão do Leiloeiro.

O licitante que tentar ou fraudar a arrematação estará obrigado a reparar o dano na esfera cível, nos moldes dos arts. 186 e 927 do Código Civil, bem como, sujeito às penalidades do artigo 358 do Código Penal.

O Juízo não está obrigado a deferir a arrematação pelo lance mínimo estabelecido no Edital, o qual serve apenas como parâmetro para o início das disputas.

DAS CONDIÇÕES GERAIS - As informações mencionadas nos Editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso o imóvel levado a Leilão que se encontre ocupado independentemente de ser pelos Executados e/ou terceiros, fica sob encargo e responsabilidade do Arrematante



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

todas as providências necessárias à sua desocupação, isentando expressamente o Leiloeiro Público Oficial de quaisquer responsabilidades.

Não cabe ao Leiloeiro e ao Poder Judiciário a responsabilidade por qualquer problema ou defeito que venha a ser constatado posteriormente, não podendo o Arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, estado de conservação, localização, constituição ou composição do bem arrematado.

O Leiloeiro e o Poder Judiciário não se responsabilizam por eventuais divergências tipográficas (digitação); erros de informações de qualquer espécie; cancelamentos ou adiamentos que venham a ocorrer neste Edital.

O Exequente que não adjudicar o bem constrito perante o Juízo da execução antes da publicação do EDITAL, só poderá adquiri-lo em hasta pública unificada e em idênticas condições de outros Arrematantes, tendo preferência nas hipóteses de igualar o maior lance.

DA TAXA DE COMISSÃO DO LEILOEIRO - A Taxa de Comissão do Leiloeiro não está e nem está incluída no montante do lance. Na arrematação o percentual da Taxa de Comissão do Leiloeiro **é de 5% (cinco por cento)** e será devida pelo Arrematante;

- 1) Em havendo acordo e/ou parcelamento do débito após o leilão a Taxa de Comissão do Leiloeiro **é de 5% (cinco por cento)** e será devida pelos Exequentes;
- 2) Em havendo acordo e/ou parcelamento do débito nos **10 (dez) dias posteriores à data de publicação do Edital do Leilão a Taxa de Comissão do Leiloeiro é de 2,5% (dois inteiros, vírgula cinco décimos por cento)**, calculado sobre o valor mínimo determinado e será devida pelos Exequentes;
- 3) Havendo desistência nas hipóteses do § 5º do art. 903 do CPC, a Taxa de Comissão do Leiloeiro é de 2,5% (dois inteiros, vírgula cinco décimos por cento), calculado sobre o valor mínimo atribuído pelo Juízo e será devido pelo Arrematante e, se já tenha sido paga será restituído para o Arrematante a diferença, se houver;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

- 4) Nas hipóteses dos itens 3, 4 e 5 supra, se o percentual representar valor inferior a R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o Leiloeiro.

Assim, ao participarem do leilão, os interessados aderem e reconhecem os termos do Edital, de modo que os percentuais supra fixados são devidos ao Leiloeiro à medida de que o serviço prestado por este não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outros atos para fazer frente à nomeação, a exemplo: da análise processual, peticionamentos, exame de documentos, acompanhamento dos atos processuais, elaboração do Edital, divulgação do leilão, impulsionamentos na rede mundial, visitação dos bens, reportagens fotográficas, filmagens e outras da espécie; atendimento aos interessados, acompanhamento de visitas, dentre tantos outros atos que geram despesas para o Leiloeiro.

O bem somente será retirado de hasta pública na hipótese haver depósito em juízo do valor correspondente a Taxa de Comissão do Leiloeiro porquanto estas seriam quitadas com o resultado de eventual arrematação, ou quando houver acordo expresso com o Leiloeiro, devidamente comprovado nos autos.

Assinado o Auto de Arrematação pelo juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos ou a ação autônoma de que trata o § 4º do art. 903 CPC, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos.

Ficará à disposição das partes no site: www.vasconcelosleiloes.com.br o resultado do leilão, por 72 (setenta e duas) horas, após o evento, para a ciência dos interessados.

DA MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE - Para se manifestar nos autos do processo deverá o Arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no art. 903, do CPC.

DA RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES INCIDENTAIS – Eventuais controvérsias surgidas no curso do leilão, inclusive quanto à participação dos interessados licitantes e à admissibilidade do lance inferior ao valor mínimo fixado pelo Juízo será imediatamente submetido ao crivo judicial.

DO PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL - O presente Edital poderá ser impugnado **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da juntada aos autos e ou da sua publicação no site do Leiloeiro: www.vasconcelosleiloes.com.br, sob pena de preclusão.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

DA INTIMAÇÃO - Ficam **INTIMADOS** pelo presente **EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PRAÇA/LEILÃO**, para todos os atos e efeitos aqui mencionados os **Executados, Devedores, Cônjuges, Coproprietários e Interessados**, caso não sejam localizados pelo Sr. Oficial de Justiça ou por AR/MP ou que se encontrem em lugar incerto e não sabido, suprimindo, assim, a exigência contida no CPC.

ADVERTÊNCIAS: Em cumprimento as disposições do CPC, especialmente: Art. 889: “*Serão cientificados da alienação judicial, com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência; I - o executado, por meio de seu advogado ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por carta registrada, mandado, Edital ou outro meio idôneo; II - o coproprietário de bem indivisível do qual tenha sido penhorada fração ideal; III - o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre bem gravado com tais direitos reais; IV - o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre tais direitos reais; V - o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, quando a penhora recair sobre bens com tais gravames, caso não seja o credor, de qualquer modo, parte na execução; VI - o promitente comprador, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada; VII - o promitente vendedor, quando a penhora recair sobre direito aquisitivo derivado de promessa de compra e venda registrada; VIII - a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado. Parágrafo único. Se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio Edital de leilão*”.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede deste juízo. Mais informações com o Leiloeiro pelo leiloeirovasconcelos@gmail.com - ou pelos telefones: (47) 3065-7400 ou 99621-4430. Itajaí, 08 de dezembro de 2024. Eu, Edson Ozório Rebello, Chefe de Cartório, conferi. **Dr. FERNANDO LUIZ DE SOUZA ERZINGER**, Juiz do Trabalho Titular da 4ª Vara do Trabalho de Joinville/SC

Edson Ozório Rebello
Diretor da Vara



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

Dr. FERNANDO LUIZ DE SOUZA ERZINGER
Juiz do Trabalho Titular da 4ª Vara do Trabalho de Joinville/SC

Enéas Carrilho de Vasconcelos Neto
Leiloeiro Público Oficial
JUCESC – AARC 143/2004